

RELATÓRIO ANUAL
ÁGERE COOPERAÇÃO EM ADVOCACY
2008

RELATÓRIO 2008

Acreditamos na justiça, no direito ao livre pensamento e na união orgânica dos seres humanos em sua diversidade. Fundamentamos nossas ações em valores humanos e no bem-estar coletivo e individual. Não acreditamos em ações egoístas, individualistas e competitivas, e agimos na crença de que cada ser humano deva respeitar e servir aos demais.

AGRADECIMENTOS

Este relatório é dedicado a toda nossa equipe que nos acompanhou em 2008 e tornou possível a implementação de todos os nossos projetos.

Agradecemos ainda a todos os nossos amigos e parceiros que nos acompanharam ao longo do ano.

ÍNDICE

Ágere Institucional

Cada ser humano é responsável pelo bem-estar de toda a humanidade - 6

Equipe 2008 - 7

Histórico - 8

Eventos - 9

Parcerias e Articulações

Parcerias - 14

Articulações - 16

Cursos

Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - 20

Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada - 22

Mobilizadores do Registro Civil e Documentação Básica - 24

Trabalho Domestico Cidadão - 26

Publicações

Formação de Conselheiros em Direitos Humanos - 30

Idéias e Ideais - Capacitação de Gestores em Direitos Humanos - 31

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola - 32

Atividades 2009

Formação em Direitos Humanos à Alimentação Adequada (2ª Ed.) - 34

Direito à Memória e à Verdade - 35

Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombola de Cedro e Pombal - 36

Promundo - 36

Prestação de Contas

Receitas - 39

Balanço Anual - 40

ÁGERE INSTITUCIONAL

Cada ser humano é responsável pelo bem-estar de toda a humanidade

A Ágere-Cooperação em Advocacy é uma organização não governamental sediada em Brasília que tem como objetivo proporcionar maior justiça social, lutando por políticas públicas junto ao Poder Público. Também capacitamos os agentes sociais através de cursos e oficinas para que possam atuar nessa área.

Advocacy significa lutar por uma causa, por meio de conscientização da sociedade, capacitação de agentes transformadores, mobilização da população e acompanhamento da atuação do poder público. Por isso, a Ágere trabalha em duas frentes complementares: assessoria e capacitação.

Assessoria

A assessoria em advocacy age de modo a influenciar a formulação e execução de políticas públicas equitativas e democráticas. Para tanto, buscamos atuar em quatro principais eixos, todos no âmbito federal: mobilização da sociedade civil, influência no executivo, acompanhamento do processo legislativo, e apoio à litigância em direitos humanos, junto a órgãos internacionais de fiscalização.

Capacitação

A Ágere oferece cursos presenciais e a distância de capacitação para que organizações da sociedade civil, especialmente aquelas ligadas a segmentos populacionais historicamente excluídos, possam reivindicar seus direitos e sua cidadania, e multiplicar esse conhecimento, proporcionando o desenvolvimento da sociedade brasileira. Ao longo de 5 anos, a Ágere atingiu mais de 10 mil pessoas em todo o país.

EQUIPE 2008

SÓCIOS FUNDADORES

Guitty Milani
Iradj Roberto Eghrari
Orisson Silva
Robert Walker

CONSELHO DIRETOR

Guitty Milani – presidente
Orisson Silva – secretário
Robert Walker – tesoureiro
Agop Kayayan – sócio-colaborador
João Francisco Araújo – sócio-colaborador
Patrícia Paiva – sócia-colaboradora

GERÊNCIA EXECUTIVA

Iradj Eghrari – *iradj@terra.com.br*

ASSESSORIA EM ADVOCACY

Rafael –
Alessandra Lugatto - (a partir de ago/08)

COORDENAÇÃO DE PROJETOS

Cléia Medeiros - Gerente de projetos
cleia@agere.org.br
Débora Raquel Lacerda – Monitoramento de cursos
debora@agere.org.br
Ana Marcília Stevanato – Monitoramento de cursos

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Alice Wanderley - Captação de recursos
alice@agere.org.br

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Flávia Medeiros – *flavia@agere.org.br*



EVENTOS

Encontro Avina

O gerente-executivo da Ágere, Iradj Eghrari, esteve presente na reunião da Avina, que aconteceu entre os dias 3 e 4 de junho, no Rio de Janeiro. Na pauta do evento discussões temáticas organizadas de acordo com os eixos: Governabilidade democrática e estado de direito; desenvolvimento econômico sustentável; equidade; e conservação e gestão de recursos naturais.

A proposta dos seminários foi reunir um grupo heterogêneo de lideranças sociais, empresariais, pesquisadores e pensadores que, a partir de pontos de vista plurais, contribuíssem para o entendimento do ambiente com foco nas potencialidades da realidade social que se desenha no país até 2030.

Diálogo intercultural

Aconteceu na Eslovênia, entre 23 e 30 de junho, o projeto de diálogo intercultural Divided God. Iradj Eghrari, gerente-executivo da Ágere Cooperação em Advocacy fez apresentação sobre o desafio frente aos líderes religiosos para promoverem o entendimento entre religiões. E propôs um projeto conjunto Brasil-Eslovênia para mobilizar jovens para minimizar tensões entre as igrejas evangélicas e os cultos afro-brasileiros. O seminário teve o intuito de captar multiplicadores para estimular a reflexão da juventude no entendimento e tolerância religiosa.

O evento apresentou o resultado do projeto na Europa na forma de X vídeo-documentários que coletaram opiniões, experiências e pontos de vistas de jovens através de discussões teóricas, considerando a religião e tolerância cultural em prol da coexistência e cooperação com aqueles que têm diferentes crenças e bagagens culturais.

18º Encontro Anual de Recursos Humanos do Planalto Central

O 18º Encontro aconteceu nos dias 5 e 6 de novembro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. O encontro teve o propósito de criar intercâmbio de conhecimento, reflexões e análise com desdobramento em diversos segmentos do governo, com foco na motivação e comunicação na gestão contemporânea. Convidado como palestrante, o gerente-executivo da Ágere Cooperação em Advocacy, Iradj Eghrari, versou sobre governança pública e corporativa.

Sob o tema “O talento faz a diferença no cenário de mudanças e turbulências”, o evento reuniu 14 palestrantes e profissionais de todo país. Na ocasião, foram feitos debates e apresentações sobre gestão de desenvolvimentos de pessoas do setor público, assim como empresas públicas e privadas.

Durante a reunião, Iradj discorreu sobre a nova perspectiva de governança em cinco eixos fundamentais: Interdependência, unidade, justiça, equidade e fideicomício coletivo entre governantes e governados, com ênfase tanto na área pública como privada.

O 18º encontro reuniu aproximadamente 500 congressistas de diversos segmentos. Estiveram presentes profissionais em gestão e desenvolvimento de pessoas, secretários estaduais e municipais, prefeitos, dirigentes, consultores, servidores públicos, coordenadores e gerentes de empresas públicas e privadas, professores, estudantes e demais profissionais interessados na área.



Entidades presentes no encontro (à esq.), Iradj Eghrari em palestra (à dir.)

II Reunião Preparatória para a Conferência de Avaliação do Plano de Ação de Durban

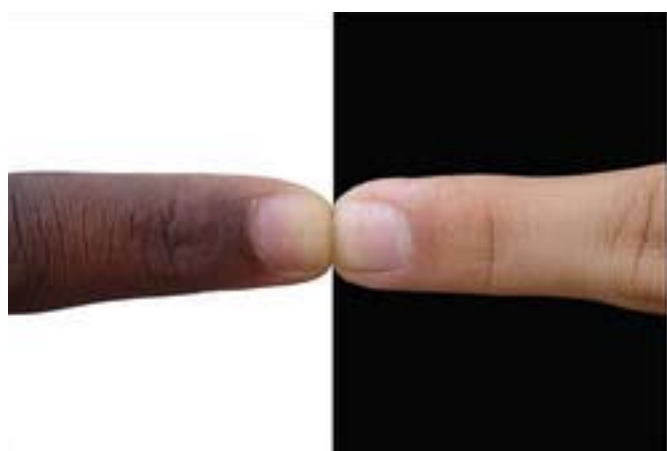
O sócio-fundador da Ágere Cooperação em Advocacy, Iradj Eghrari, integrou o grupo de três ONGs que, com apoio da Fundação Avina, estiveram presentes durante os dez dias da II Reunião do Comitê Preparatória para a Conferência de Avaliação do Plano de Ação de Durban, realizada entre os dias 6 e 17 de outubro, em Genebra, Suíça. No encontro, foi discutido apenas 40% do conteúdo do documento que orientará os trabalhos da Conferência de Avaliação da Implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban, prevista para abril de 2009, também em Genebra.

Dirigida especialmente para entrar o diálogo entre os representantes dos 192 Estados membros da ONU, a segunda reunião contou ainda com a participação de ONGs de vários países. O governo brasileiro foi representado pela conselheira

Márcia Adorno, chefe da Divisão de Direitos Humanos do Itamaraty; Márcia Canário, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); e Bruna Vieira de Paula, do Ministério das Relações Exteriores. Por sua vez, a sociedade civil brasileira fez presente por meio dos integrantes de das três ONGs: Iradj Eghrari (Bahá'í/Ágere Cooperação em Advocacy), Nilza Iraci e Rodnei Jericó (Geledés), Lúcia Xavier e Jurema Werneck (Criola).

Além da preocupação da participação da sociedade civil enfrentando a resistência dos Estados-membros na execução das metas propostas no contexto da Conferência de Avaliação, foi preocupante o fato de que governos têm demonstrado a tendência de não financiar adequadamente o processo, recusando-se principalmente a patrocinar a participação da sociedade civil.

Os últimos momentos da II PrepCom foram marcados por esforços das ONGs para manter, na versão preliminar do texto-base, conquistas já garantidas nos documentos de Durban. Neste âmbito, foram destacadas a permanência da orientação sexual e da migração como fatores de discriminação agravada.



II Prêmio Ágere de Direitos Humanos

Aconteceu, em 18 de novembro de 2008, a cerimônia de entrega do II Prêmio Ágere “Anush Barseghyan” de Direitos Humanos, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça, em Brasília. O prêmio, de periodicidade bianual, é dedicado à jovem armênia, Anush Barseghyan, militante de direitos humanos que faleceu aos 24 anos vítima de leucemia. A iniciativa valorizou trabalhos de alunos dos cursos da Ágere engajados nas políticas públicas em prol dos direitos humanos no Brasil.

A publicitária especialista em análise e gestão de redes sociais, Miriam Teresa Etges, do Rio Grande

do Sul, recebeu a estatuetta-prêmio por apresentar a melhor proposta entre os 25 semi-candidatos, dos quais mais de 15 mil alunos concluíram os cursos da Ágere.

O resultado foi definido após amplo critério de avaliação feito pela comissão julgadora, composta por Iradj Eghrari, Patrícia Piva, Cléia Medeiros, Perly Cipriano, Dariush Arkhavan, Rosileia Roldi Wille e Thaís Franceschini.

Miriam finalizou o curso Formação de Con-



Miriam após receber o prêmio

selheiros em Direitos Humanos, ministrado pela Ágere. Na proposta da publicitária, foram enfatizados o respeito, valorização e proteção ao idoso a partir dos 60 anos, carentes ou não, com meta de mobilização social através de rede articulada que aumente a qualidade de vida da população da terceira idade.

Iradj (à esq.), Miriam e o subsecretário de promoção e defesa dos direitos humanos Perly Cipriano



PARCERIAS E ARTICULAÇÕES

PARCERIAS

Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH)

A Ágere, na sua parceria com a Associação Brasileira de Recursos Humanos busca disseminar o conhecimento do mundo do trabalho para desenvolver pessoas e organizações com o objetivo de melhorar a condição social, política e econômica do país. Nesse contexto, todas as iniciativas são focadas no respeito à dignidade das pessoas, desenvolvimento da cidadania e postura legal, ética e apartidária dentro das ações, como foco de atividade tanto no poder Legislativo como Executivo.

Avina

A Rede Latino-americana de Arte para Transformação Social, Avina, é uma organização fundada em 1994 pelo empresário suíço Stephan Schmidheiny. O trabalho tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio de alianças entre a empresa privada bem sucedida e responsável e as organizações filantrópicas que fomentam a liderança e a criatividade, articulando agendas de ação compartilhadas.

Em 2008, a Ágere Cooperação em Advocacy firmou contrato de líder-parceiro com a rede Avina. O documento garante fundo para execução de projeto para controle social das metas contra o racismo e outras formas de discriminação, que deverá ser concluído em junho de 2009.

Agência Canadense para o Desenvolvimento (Cida)

A união entre a Cida e Ágere busca apoiar o desenvolvimento sustentável, com vistas à redução da pobreza com assistência humanitária, a fim de promover mais segurança, equidade em prol de um mundo mais próspero.

Em 2008, o convênio com a Cida possibilitou a publicação do livro História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola, uma iniciativa gratuita com tiragem de 5 mil exemplares distribuídos a todos os capacitados no curso de ensino afro, ministrado pela Ágere.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Atuante como parceiro da Ágere, aprovou em dezembro de 2008 o curso não-presencial de Direitos Humanos à Alimentação Adequada (DHAA), ministrado pela Ágere Cooperação em Advocacy e a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh). A iniciativa tem como meta apoiar o processo de realização desse direito humano fundamental no mundo.

Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)

Desde 2003 a Ágere vem fazendo uma parceria com a SEDH. Durante este período já foram capacitados cerca de cinco mil militantes de direitos humanos em todo país nos cursos de Capacitação de Gestores em Direitos Humanos (2003), Formação de Conselheiros em Direitos Humanos (2005) e Mobilizadores de Registro Civil e Documentação Básica (2008), elaborados em conjunto pelas duas entidades.



ARTICULAÇÕES

Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)

Entre as atividades de destaque em 2008, encontra-se a Ágere Cooperação em Advocacy, como membro suplente do Conjuve, que é formado por 20 membros oriundos de ministérios, e sociedade civil – representada por 40 membros.

O Conjuve é um órgão consultivo que tem por objetivo assessorar o governo federal na formulação de diretrizes da ação governamental, promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

Rede de Monitoramento Amiga da Criança

A Rede de Monitoramento Amiga da Criança é o resultado da união de organizações sociais nacionais e organismos internacionais com ênfase de atuação na infância e juventude, que tem como objetivo monitorar o cumprimento dos compromissos com a infância, assumidos pelo Estado brasileiro e pelo Presidente da República.

Desenvolvida por meio de comitês, assembléias e grupos de trabalho temáticos, a rede visa promover vidas saudáveis aos menores, assim como educação de qualidade, proteção contra abusos, exploração, violência e combate ao HIV/AIDS. Os quatro eixos do programa enfatizam o compromisso de criar um mundo melhor para as crianças, levando em conta o desenvolvimento humano sustentável.

A iniciativa foi construída com base nos princípios da democracia, da igualdade, da não discriminação, da paz e da justiça social e da universalidade, indivisibilidade, interdependência e inter-relação de todos os direitos humanos, tendo a família como foco principal.

Fórum Nacional de Prevenção ao Trabalho Infantil (Fnpeti)

Criado em novembro de 1994, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil representa um espaço não-governamental permanente que visa sensibilizar, mobilizar e articular os agentes institucionais governamentais e da sociedade civil para prevenção e erradicação de todas as formas de abuso nesse aspecto, assegurando proteção ao adolescente trabalhador.

Sua composição é quadripartite e tem representantes do governo federal, dos trabalhadores, dos empregadores e entidades da sociedade civil (ONGs). Instâncias do Poder Público, dos operadores do direito, da OIT e do UNICEF, também fazem parte do Fórum Nacional.

O Fórum busca acompanhar a implementação dos planos de ação e monitorar as metas de erradicação das piores formas de trabalho infantil, definidas no Plano de Ação Presidente Amigo da Criança.

Fórum Brasil de Orçamento (FBO)

O Fórum Brasil de Orçamento (FBO) é uma rede de entidades da sociedade civil que acompanha os gastos orçamentários do governo e procura ampliar o investimento público em políticas sociais, facilitar a participação da população na definição e controle do orçamento público, e transparecer as informações orçamentárias. Atualmente, o Fórum propõe a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal, inserindo artigos que tratem de responsabilidade social. A Ágere, como integrante do FBO, participa do Grupo de Trabalho de Advocacy ao lado de ONGs como Cfemea e Inesc.

Fórum Social Mundial

A Ágere tem participado de todas as edições do Fórum em países da América do Sul e Brasil, oferecendo oficinas de capacitação em advocacy e participando de articulações na defesa dos Direitos Humanos.

Juventudes e Ação Política (JAP)

O Projeto Juventudes e Ação Política (JAP) é uma parceria entre a Ágere, Instituto Aliança Rede Sou de Atitude e Cipó. O projeto visa contribuir para a discussão, formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas de, com e para as juventudes.

Jovens integrantes do núcleo DF recebem da Ágere uma bolsa auxílio através de convênio com a Rede Sou de Atitude e acompanham processos referentes às políticas públicas de juventude no Congresso Nacional, Secretaria Nacional da Juventude e Conselho Nacional de Juventude - Conjuve. Com objetivo de envolver os membros do Núcleo nas ações e comunicações da Rede, os jovens são sempre acompanhados por um assessor legislativo da Ágere. Como parte do aprendizado, eles elaboram relatórios sobre o que acompanharam e assim se socializam em temas abordados no Congresso Nacional como o Projeto de Emenda Constitucional da Juventude, o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude.

Com articulação do JAP, em dezembro de 2008 foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº. 138/2003, conhecida como PEC da Juventude, cujo propósito é regulamentar a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens com idades de 15 a 29 anos, com igualdade de condição dada à criança, ao adolescente e ao idoso, estes já contemplados na Constituição Federal.

Rede Nacional da Primeira Infância

Fundada em 16 de março de 2007, a Rede Nacional Primeira Infância é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, governo, setor privado e multilaterais que atuam pela promoção e garantia dos direitos da criança até os seis anos de idade.

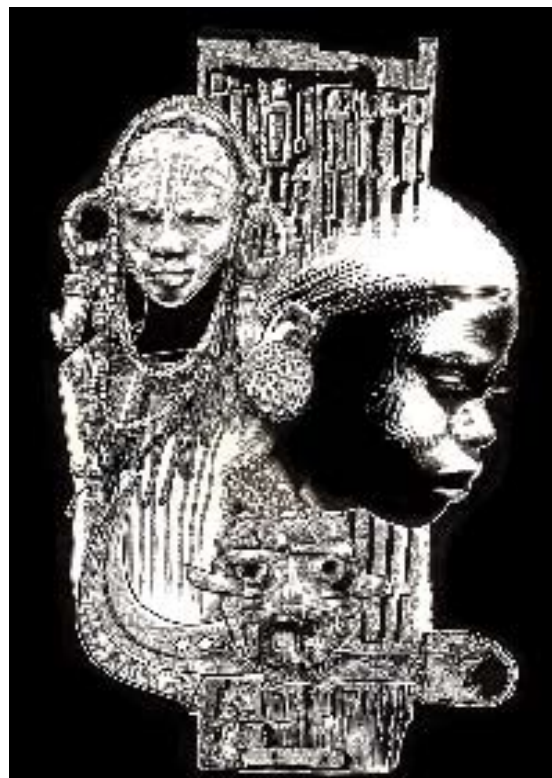
A rede tem como missão promover a elaboração, o aprimoramento e integração das políticas nacionais para as crianças nesta faixa etária, monitorando e avaliando sua implementação no Estado Brasileiro sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária ou de orientação sexual. A primeira infância é fundamental para o desenvolvimento humano e toda criança deve ser protegida de qualquer forma de violência.

CURSOS

História e Cultura Afro-brasileira e Africana

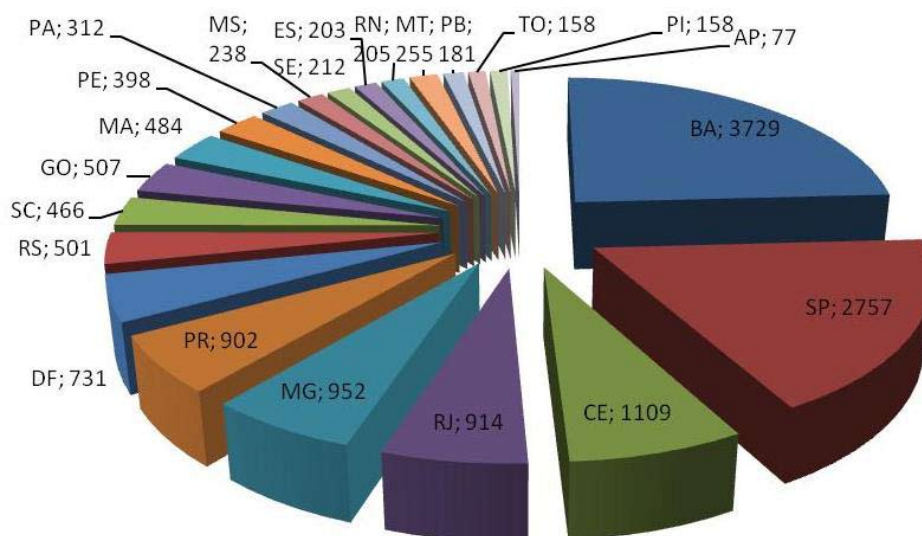
O curso Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana surgiu a partir de uma parceria entre a Ágere e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação, no ano de 2005, com o objetivo de auxiliar na implementação da Lei n.º 10.639/2003 – que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares – direcionado a professores do Ensino Fundamental e Médio.

No ano de 2008, a iniciativa alcançou mais de 24 mil candidatos em duas edições do curso que, por limitação de vagas, possibilitou a reciclagem e aprimoramento a quase cinco mil. Em âmbito nacional, o curso alcançou a margem de 88% de conhecimentos utilizados dentro de sala de aula, com 97% de notas variáveis entre bom e muito bom. Confira nos gráficos a seguir a incidência de inscrições por região, aprovados por UF e distinção de cor/raça.



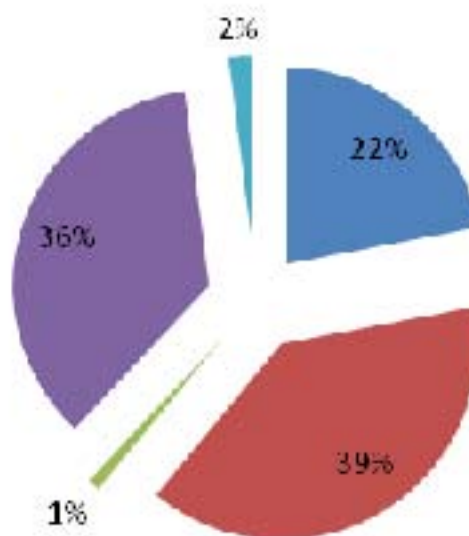
Ministrado gratuitamente e via internet, o curso é dividido em duas etapas. A primeira inclui o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. E na segunda etapa o conteúdo é voltado para o papel do professor como multiplicador e na construção do Plano Político Pedagógico a partir das temáticas das relações étnico-raciais e da cultura e história afro-brasileira e africana.

Inscritos por Estados



Aprovados por Cor/Raça

■ amarela ■ branca ■ indígena ■ parda ■ preta



*Fonte: Banco de dados inscritos curso Ensino Agro Brasil

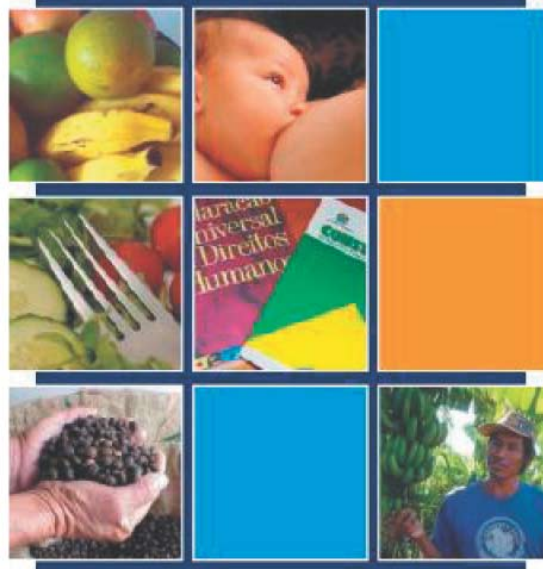
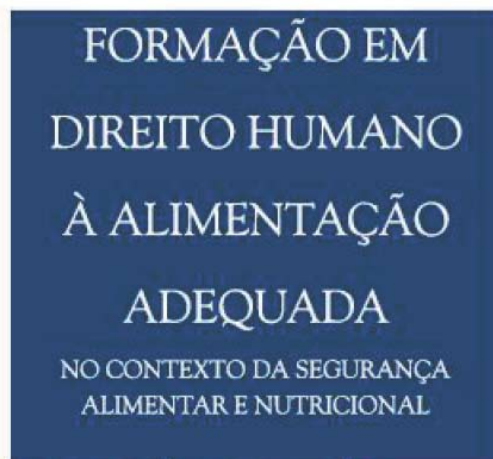
Realização



Direitos Humanos à Alimentação Adequada

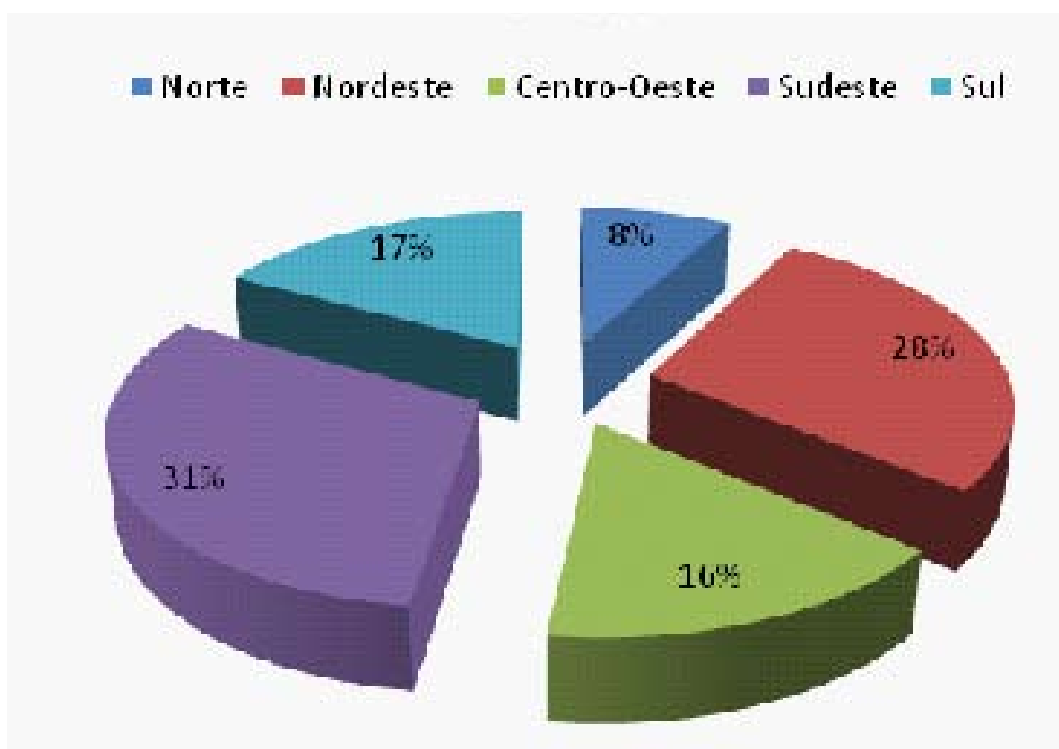
O tema da alimentação e nutrição vem sendo objeto de uma intensa reflexão por parte da sociedade civil e do governo brasileiro ao longo de várias décadas, destacando-se a ativa participação do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) desde sua criação em 1945.

Iniciado em 2007, o curso Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é o resultado do trabalho em conjunto entre Governo Federal e sociedade. Desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do projeto de cooperação técnica junto à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em parceria com a Ágere Cooperação em Advocacy e a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH), teve sua reelaboração aprovada em agosto de 2008. A segunda edição continua com a missão de contribuir para a formação de indivíduos, criação e fortalecimento de instituições ou instrumentos para a promoção através do monitoramento do DHAA, no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).



Realizado via internet para facilitar o acesso de interessados em todo território nacional, o curso obteve mais de cinco mil pessoas de 511 (91,5 %) das 558 microrregiões inscritas na primeira versão. Merece destaque, na proposta da segunda edição, a busca de maior participação das regiões Norte e Centro-Oeste, que conforme gráfico abaixo tiveram menores representações na primeira edição do curso.

Inscritos por Estados



Fonte: Banco de dados dos inscritos 2007 pelo site <http://www.direitohumanoalimentacao.org.br>

Realização



Formação de Mobilizadores para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

O Registro Civil de Nascimento é um direito de todo cidadão. É a partir dele que cada indivíduo tem acesso a documentos civis básicos para exercer a cidadania, como o Registro Geral de Identidade (RG), a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o Título de Eleitor, e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). De acordo com o estudo do IBGE (2006), 12,7% das crianças brasileiras não possuem certidão de nascimento. Os dados mostram que os maiores percentuais observados estão nas regiões Norte e Nordeste. Roraima, Piauí e Alagoas são os estados que apresentam os maiores números de sub-registro - crianças sem registro civil - do País, com índices de 42,8%, 33,7% e 31,6%, respectivamente.

Diante desta realidade, a Ágere em convênio com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) idealizou o curso Formação de Mobilizadores para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. Realizada via internet, a iniciativa tem como meta ações emergenciais e de longo prazo para erradicar o sub-registro de nascimento e ampliar o acesso da população à documentação básica. Os gráficos a seguir detalham a quantidade de inscritos por estados.

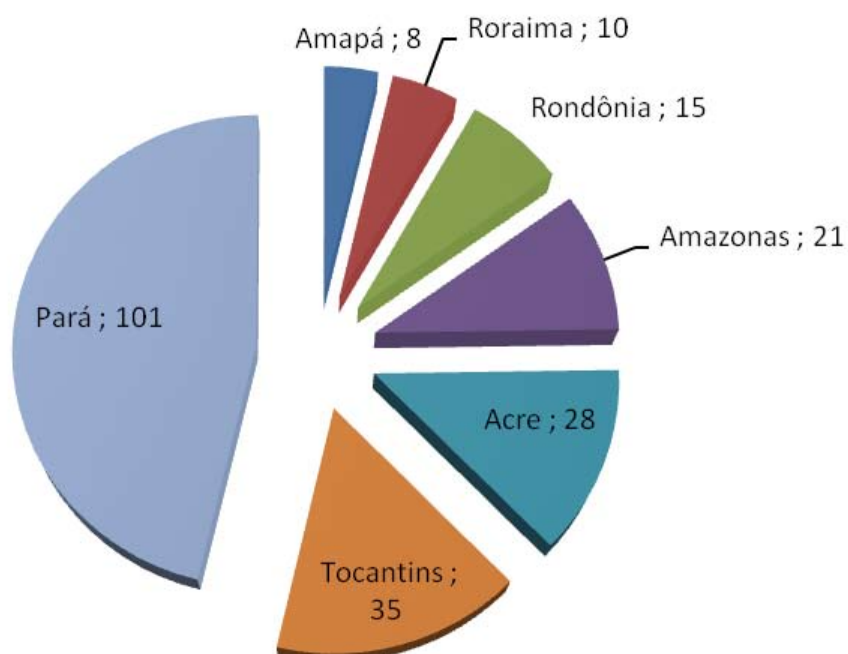


Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

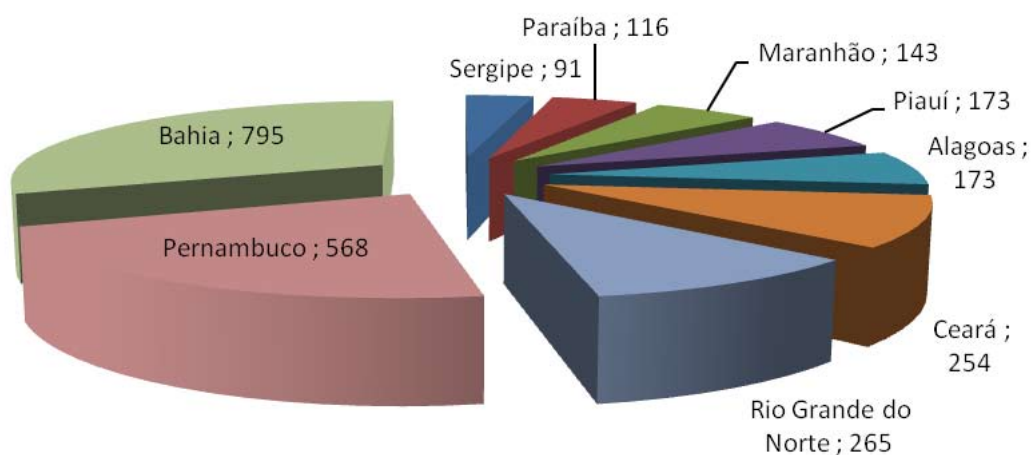
Art. 6º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Para o curso com início em janeiro de 2009, duração de três meses e carga horária de 40 horas, contabilizouse mais de 2,7 mil inscritos. Apesar da demanda, foram fornecidas mil vagas exclusivamente para os estados das regiões Norte e Nordeste, onde a situação de sub-registro é mais crítica quando comparada às demais localidades brasileiras.

Inscritos na Região Norte



Inscritos na Região Nordeste



Fonte: Banco de dados dos inscritos 2008 pelo site <http://www.mobilizadoresregistrocivil.org.br>

Realização

Agere
Cooperação em Advocacy

Secretaria Especial
dos Direitos Humanos
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Trabalho Doméstico Cidadão

A Ágere Cooperação em Advocacy, com o apoio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), partindo do pressuposto que a desvalorização do trabalho doméstico é contrária ao crescimento do mercado, elaborou um curso para capacitação de profissionais neste tipo de ocupação. O Trabalho Doméstico Cidadão (TDC) foi desenvolvido a partir de um programa de formação social e sindical em direitos das trabalhadoras domésticas.

A iniciativa buscou expandir os conhecimentos das participantes, fato este que refletiu numa maior consciência dos problemas e desafios que esta classe trabalhadora enfrenta no cotidiano (discriminação de raça, gênero, violência doméstica etc.), além da abertura de horizontes através do conhecimento da legislação trabalhista e encorajamento a uma cidadania ativa ocorrida nas cidades de São Luis, Recife, Aracajú, Salvador, Belo Horizonte, Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em pesquisa feita com as alunas, 45% afirmou que o andamento do curso foi ótimo em relação às expectativas e 50% disse ter entendido o conteúdo e feito uso dos novos conhecimentos e idéias. Quanto à qualidade das aulas, 70% do corpo discente elogiou a estrutura física implementada no curso e o mesmo percentual demonstra que as professoras têm domínio do assunto suficiente para criar condições de motivação com o grupo.



O curso, com carga horária de 160 horas e período letivo entre maio de dezembro de 2008, foi dividido em três módulos: 1) Trabalho doméstico no Brasil: história e transformações; 2) Direitos e Cidadania; e 3) Estrutura, Organização e gestão sindical. No total somaram-se oito turmas, das quais foram capacitadas e certificadas 191 trabalhadoras em âmbito nacional. Desta forma, as alunas que concluíram o curso podem ser consideradas aptas como promotoras da cidadania ativa, auxiliando outras colegas de profissão a compreender seus direitos sociais e a legislação trabalhista em geral. Confira no gráfico a seguir a porcentagem de participações por UF.

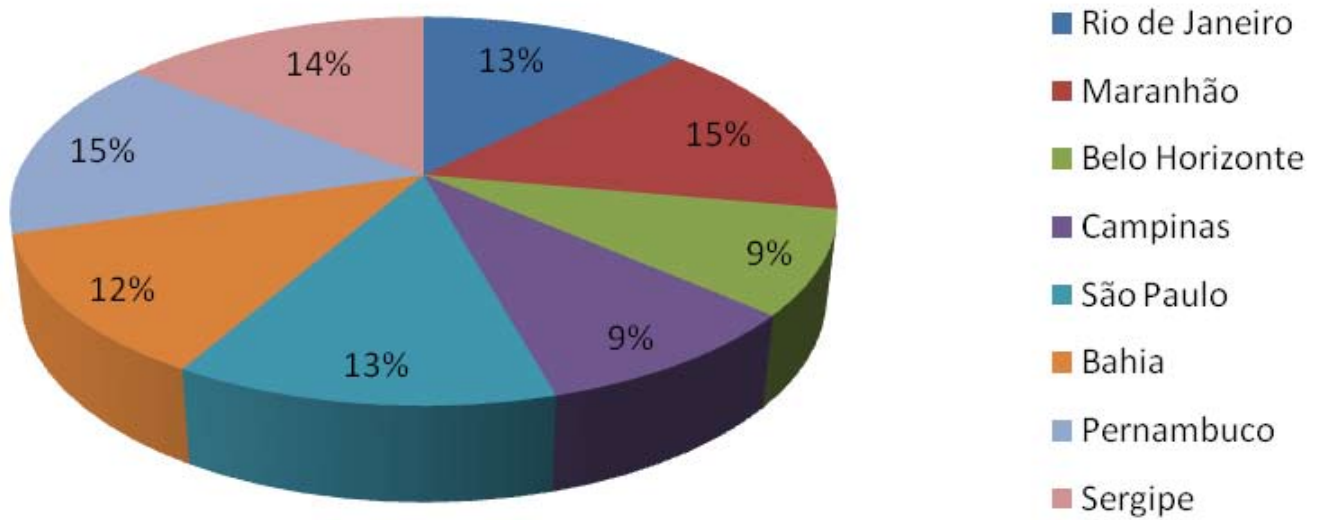
Entre outros aspectos, o curso destacou a formação e ampliação do conhecimento, o fortalecimento do trabalho sindical, a valorização do trabalho doméstico e a criação de um grupo de lideranças sindicalistas melhor preparadas para seu trabalho.

Gabriel Marques, coordenador pedagógico do programa e colaborador da Ágere, sobre os resultados obtidos no curso.



Alunas do curso de TDC em São Paulo

Inscritos por Estados



Fonte: Banco de dados dos inscritos 2008

Realização

Agere
Cooperação em Advocacy

Secretaria Especial de
Políticas de Promoção
da Igualdade Racial
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PUBLICAÇÕES

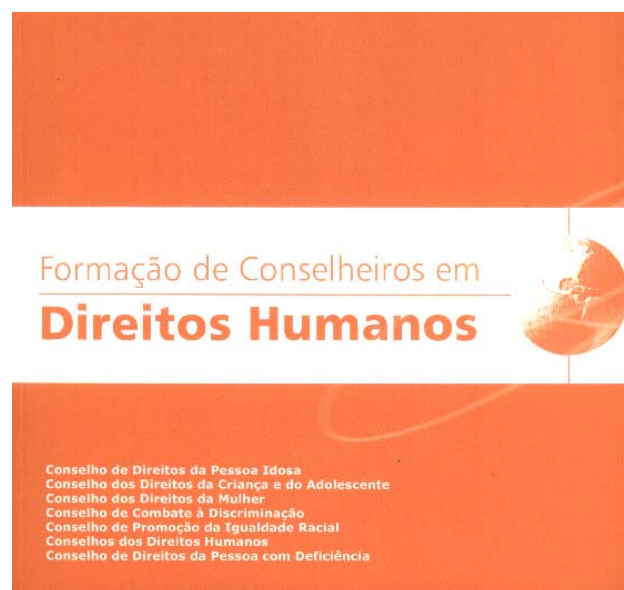
PUBLICAÇÕES

Formação de Conselheiros em Direitos Humanos

Fundamentada nos processos que abrem e consolidam espaços de luta pelos direitos humanos, em 2005, a Ágere em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) promoveu o curso Formação de Conselheiros em Direitos Humanos, à distância, com vistas à capacitação de conselheiros para implementação de políticas públicas voltadas para a mobilização dos conselhos de direito, com a finalidade de disseminar conhecimento, com ênfase nos direitos econômicos sociais e culturais dos brasileiros.

Utilizando o conteúdo teórico do curso, em 2008 foi publicado e distribuído o livro em dois volumes com o mesmo título do curso: Formação de Conselheiros em Direitos Humanos. Com tiragem de cinco mil cópias por módulo e dez mil CD-R com o mesmo material dos livros, a publicação elaborada por Maria de Lourdes Alves Rodrigues e Verônica Maria Silva Gomes foi encaminhada gratuitamente aos três mil alunos que concluíram o curso ministrado pela Ágere e colocada no SEDH à disposição aos demais interessados.

Composta por volumes independentes, a obra possui um módulo básico com 140 páginas, contendo os fundamentos e história dos direitos humanos e conselho dos direi-



tos – que trata dos princípios norteadores, constituição de 1988, controle social, natureza dos conselhos jurídicos, entre outros. Já o segundo é específico, formado por 313 páginas que versam sobre os conselhos de direitos da pessoa idosa, criança e adolescente, da mulher, combate à discriminação, promoção de igualdade racial, dos direitos humanos e da pessoa com deficiência.

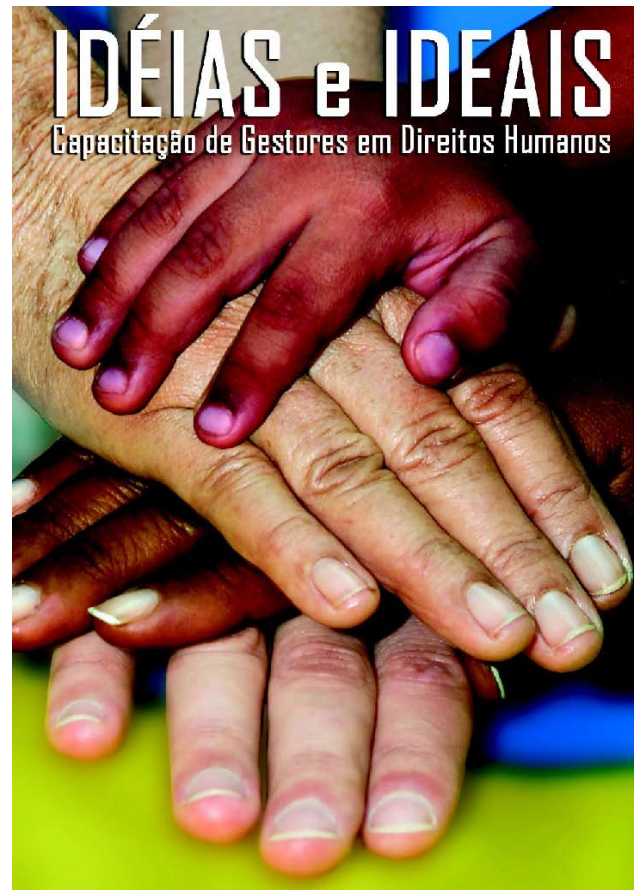
O objetivo da publicação é que tais conhecimentos adquiridos contribuam para a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz.

Formação de Gestores em Direitos Humanos

A Ágere Cooperação em Advocacy, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), publicou e distribuiu em 2008 o livro *Idéias e Ideais – Capacitação de Gestores em Direitos Humanos*. Com tiragem de cinco mil exemplares (disponíveis também em CD-R), a obra contém 330 páginas, reúne os conteúdos básicos do curso à distância *Formação e Gestores em Direitos Humanos*, ministrado pela Ágere, uma proposta que direciona estudos e pesquisas sobre a temática dos direitos humanos fundamentais.

Dividido em duas partes, o conteúdo elaborado por Daniela Ikawa, Flávia Piovesan e Guilherme de Almeida, tem a primeira destinada a apresentar na totalidade todo o conteúdo de direitos humanos numa abordagem conceitual com abrangência legal e teórica. A segunda parte, que contou os colaboradores da Ágere Gustavo Amora e Francisco Acioli, resulta em cinquenta projetos de caráter inovador sobre direitos humanos, elaborados como trabalho final por alunos que concluíram o curso.

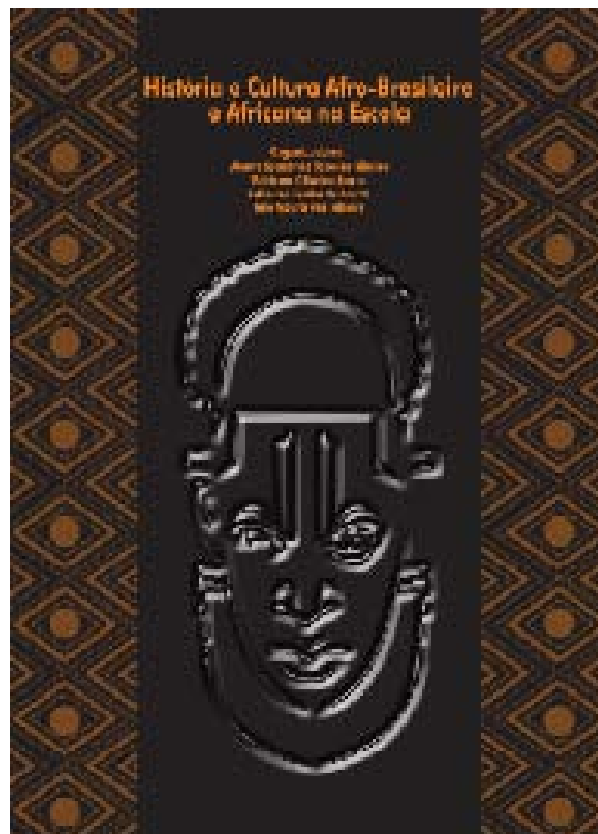
Esta proposta da Ágere colabora na divulgação de demandas e soluções no âmbito dos direitos humanos, procuradas em diversas regiões do país. Além de servir como uma biblioteca de idéias para aqueles que se interessam em transformar a realidade social onde estão inseridos.



Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana- Ensino Afro Brasil

Em novembro de 2008, a Ágere, em parceria com Embaixada do Canadá (Cida), lançou o livro História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola. A obra, organizada por Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro, Bárbara Oliveira Souza, Edileuza Penha de Souza e Iglê Moura Paz Ribeiro, foi distribuída gratuitamente aos professores capacitados no curso Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana- Ensino Afro Brasil como multiplicadores em âmbito nacional da Lei 10.639/2003.

O registro, composto por 231 páginas, apresenta uma compilação dos conteúdos apresentados no curso Ensino Afro Brasil formado por quatro seções: Cosmvisão africana e identidade negra no Brasil; espaços de resistência: Quilombos, irmandades, terreiros e outras estratégias de resistência do povo negro; concepções que envolvem o projeto político-pedagógico (princípios filosóficos, escola e aprendizagem); e caminhos para a equidade da escola. Nesta última seção são relacionados 60 planos de aulas, elaborados por professores participantes do curso, objetivando demonstrar de forma prática caminhos para implementação em sala de aula da história e cultura afro-brasileira e africana.



Esta iniciativa da Ágere se traduz como uma forma inovadora de se pensar no Brasil através de suas raízes históricas, tendo a escola como alavanca para instauração do processo de conscientização da cultura afro-brasileira.

ATIVIDADES 2009

Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada (2ª Edição)

Com previsão de início para abril de 2009, a segunda edição do curso Formação em Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) fornecerá vagas para três mil agentes do poder público de diferentes esferas do governo e sociedade civil. Os mesmos serão capacitados para desenvolver iniciativas nacionais, estaduais, locais a partir da realidade com a qual trabalham.

A proposta tem como objetivos incluir a temática da alimentação e nutrição como um direito humano fundamental, fortalecer o controle social, promover a formação continuada dos atores sociais que integram mecanismos de controle social e incorporar os

princípios e mecanismos de exigibilidade do Direito Humano à Alimentação

Embora todas as atividades possam ser realizadas via internet, o curso oferece dois encontros presenciais em cada Estado brasileiro, onde os alunos terão oportunidade de discutir os temas apresentados no curso e propor articulações, como por exemplo, traçar planos de ação local de DHAA. Nesses encontros os participantes contarão com o auxílio de um facilitador, capacitado especialmente para esta atividade. Para informações sobre o curso consulte o site <http://www.direitohumanoalimentacao.org.br>



Com duração de 50 horas, o curso será composto por oito módulos: Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Direitos, obrigações e as violações ao DHAA; Exigibilidade; Instituições e Instrumentos de Defesa e Exigibilidade dos Direitos humanos; Apoderando-se dos instrumentos de exigibilidade; Construindo competências para a realização efetiva do DHAA; O DHAA, a SAN, a saúde e a promoção da alimentação saudável e adequada: conceitos, princípios e atributos; e Colocando em prática: atividades presenciais com foco na realidade local.

Fundamentos históricos e ético-filosóficos da Educação e Direito à Memória e à Verdade

A Ágere Cooperação em Advocacy, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos promoverá o curso Direito à Memória e à Verdade dentro de uma perspectiva de direitos humanos seguindo em linhas gerais os Fundamentos históricos e ético-filosóficos da Educação e Direito à Memória e à Verdade. Ministrado de forma não-presencial, o curso terá duração de quatro meses, com início previsto para o segundo bimestre de 2009. Serão três mil va-

gas para professores do ensino médio, com prioridade para docentes de história, sociologia e filosofia.

O objetivo do curso é habilitar professores da rede pública de ensino médio para que sejam capazes de aplicar em sala de aula, dentro da perspectiva de direitos humanos, conhecimentos que envolvam os reais acontecimentos durante a ditadura militar no Brasil, garantido aos brasileiros o direito à memória e à verdade.



A História e o Imperdoável

O curso tem como fundamento os conceitos do filósofo Paul Ricouer (1913-2005), que apontou para a impossibilidade de se controlar o tempo do luto ou de legislar sobre o imperdoável. O estudioso vislumbrou possibilidades do perdão no âmbito políticos desde que não se impusesse através da usura pelo tempo, a prescrição, ou pela restrição do direito de acesso à Justiça em função de leis de anistia.

Para Ricouer, o perdão supõe o esquecimento da dívida e não dos fatos. É preciso que haja vestígios dos fatos para vivenciar uma 'terapia de memória', a fim de curar a capacidade destrutiva das recordações. Cabe destacar também a reflexão sempre ligada aos direitos humanos para que violações não voltem a se repetir.

Desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas de Cedro e Pombal

O projeto, em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, é uma parceria da Ágere com o Grupo de Mulheres Negras Malunga, com sede em Goiânia, Goiás. Surgiu a partir do quadro acentuado de exclusão e desigualdade social nas comunidades remanescentes de quilombos do Estado de Goiás.

A iniciativa tem como objetivo capacitar e fortalecer as mulheres e jovens lideranças das associações quilombolas Cedro e Pombal, a fim de buscar o desenvolvimento sustentável dos grupos. A proposta ainda pretende criar uma articulação entre tais

comunidades para propiciar o intercâmbio e troca de experiências de forma que as participantes possam atuar como multiplicadoras das demais associações quilombolas.

A metodologia a ser utilizada conta com a realização de visitas, seminários e oficinas de capacitação, além do intercâmbio entre as comunidades de Pombal e Cedro, com ações educativas de gênero/raça em 50 comunidades quilombolas, sempre com ênfase na valorização cultural. A previsão é de que ainda neste primeiro semestre de 2009 seja dado início às atividades do curso.

Promundo

O objeto da parceria Instituto Promundo e Ágere tem como meta para 2009 a realização de ações em advocacy em benefício da primeira infância, efetuadas de forma presente e constante na Capital Federal, com apoio das iniciativas da Rede da Primeira Infância (vide a página 18).

A proposta tem como princípios básicos dar continuidade ao mapeamento das proposições legislativas relacionadas à primeira infância e definição de critérios quantitativos e qualitativos de priorização; apre-

sentação de banco de dados sobre as proposições legislativas e fornecimento de subsídios para definição das prioridades temáticas de atuação da rede; mobilização pela aprovação de uma política nacional de promoção da primeira infância, com a formulação junto ao Poder Legislativo ou Poder Executivo como iniciadores da proposta; e realização de audiência pública ou seminário para maior repercussão e aprofundamento dos parlamentares na temática da primeira infância.



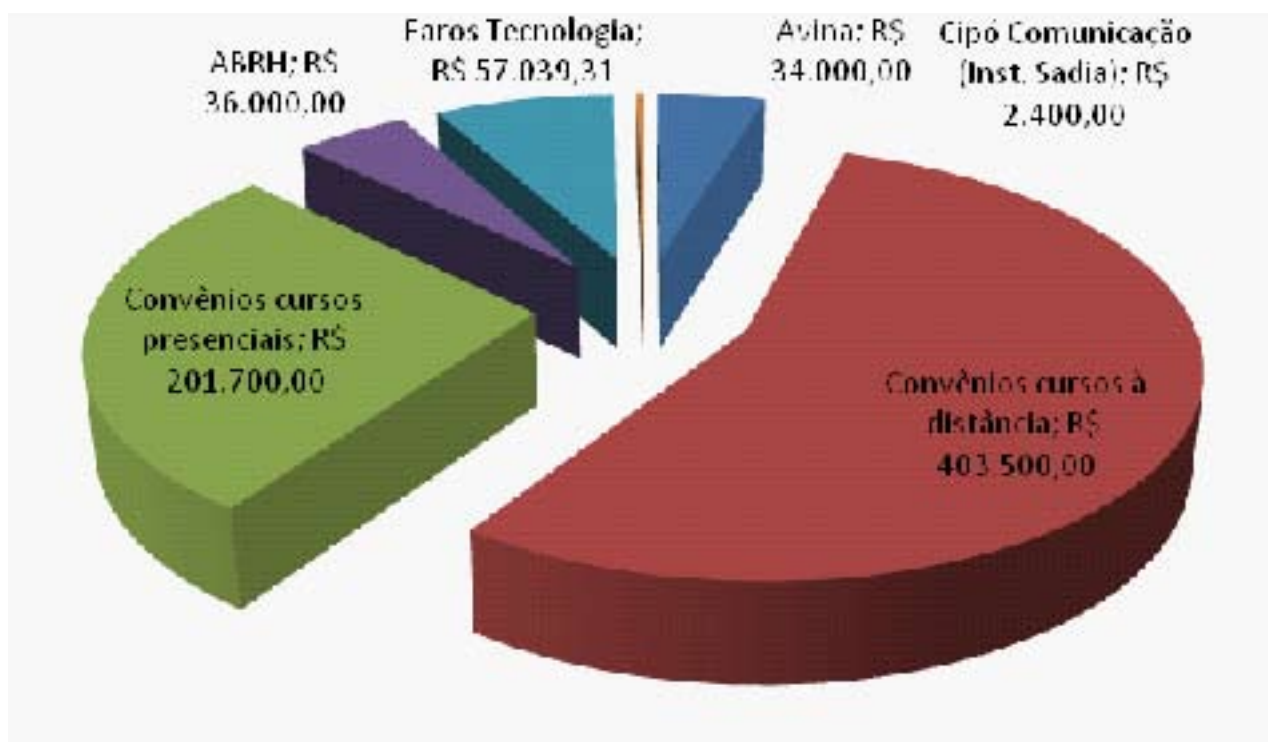
PRESTAÇÃO DE CONTAS

RECEITAS

Instituição	Valor
AVINA	R\$ 34.000,00
Convênios de curso a distância	R\$ 403.500,00
Convênios Cursos Presenciais	R\$ 201.700,00
ABRH	R\$ 36.000,00
Faros Tecnologia	R\$ 57.039,31
Cipó Comunicação (Inst. Sadia)	R\$ 2.400,00
Total	R\$ 734.639,31



RECEITAS 2008

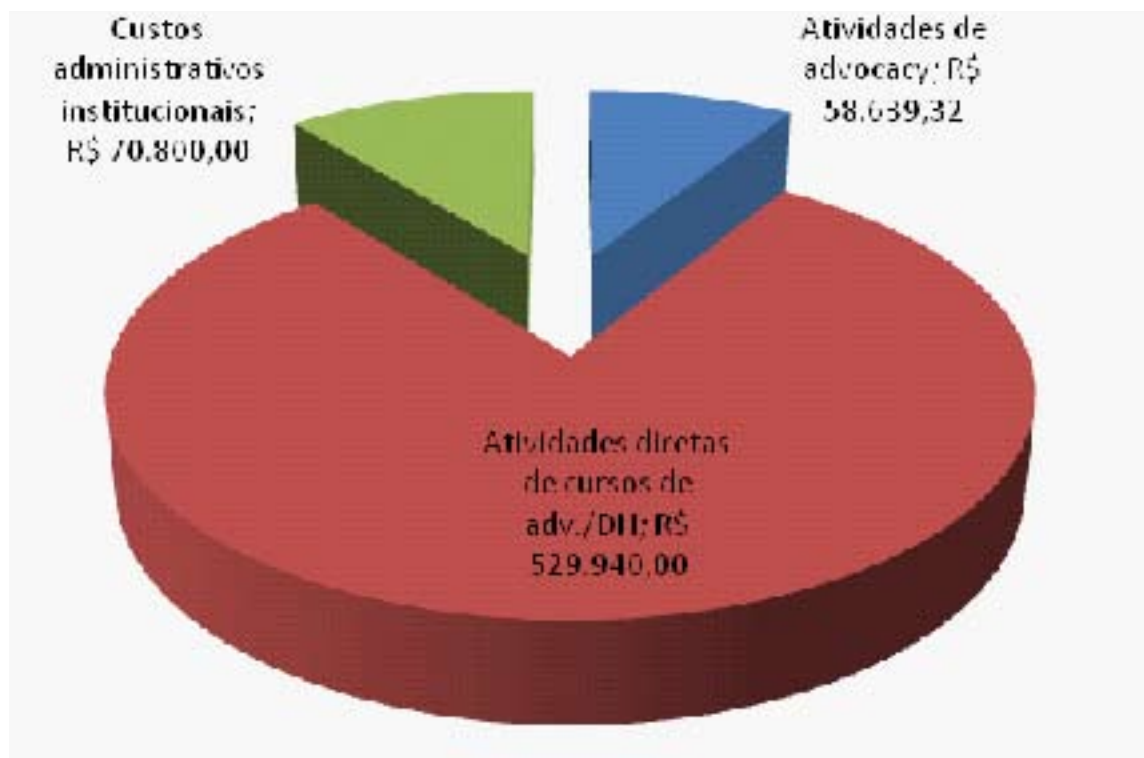


Despesas diretas

Instituição	Valor
Atividade de advocacy	R\$ 58.639,31
Atividades dir. de cursos de adv./DH	R\$ 529.940,00
Custos administrativos institucionais	R\$ 70.800,00
Total	R\$ 659.379,31



Despesas 2008

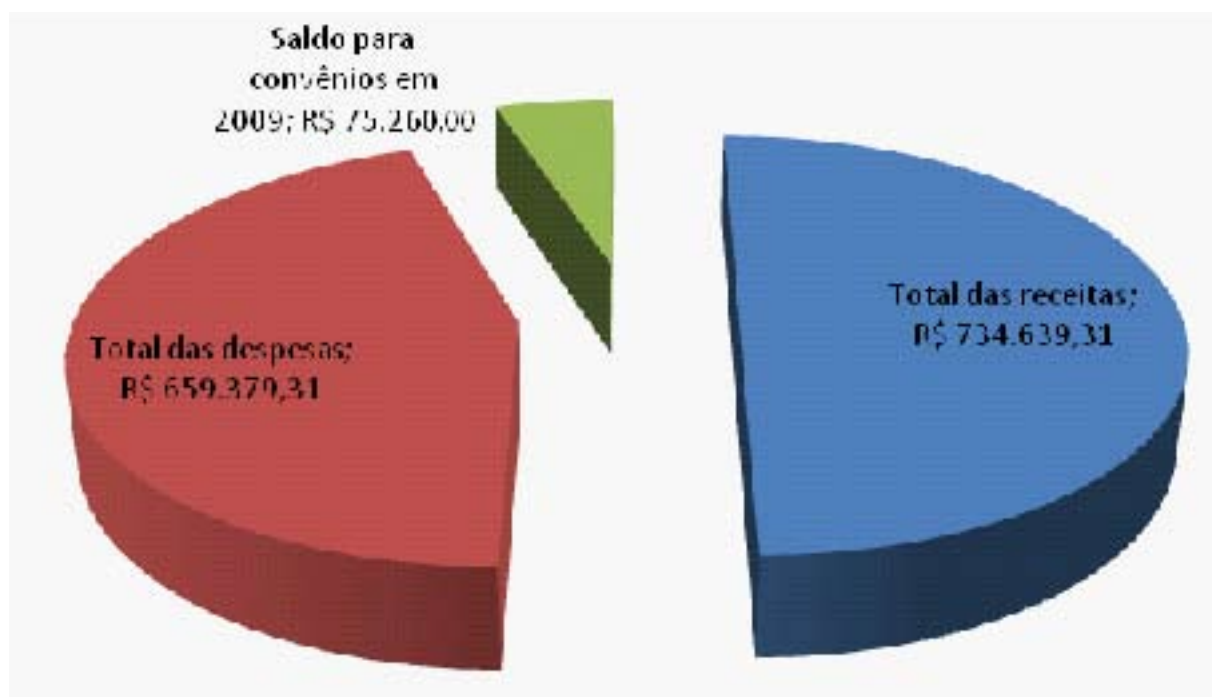


BALANÇO ANUAL

Instituição	Valor
Total das receitas	R\$ 734.639,31
Total das despesas	R\$ 659.379,31
Saldo para convênios em 2009	R\$ 75.260,00
Total	R\$ 1.469.278,62



Balanço Anual 2008



EXPEDIENTE

Redação

Flávia Medeiros

Projeto gráfico e diagramação

Flávia Medeiros

Edição

Iradj Roberto Eghrari

Cléia Medeiros

Fotos

Deviant Art

Ágere; Banco de Imagens

SHIS QI 11 bloco M salas 101 a 106
CEP: 71.625-205 -Lago Sul
Brasília -DF -Brasil
Tel/Fax 55 61 3248 4742
e-mail: info@agere.org.br

www.agere.org.br